

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilly Souza do Vale
(Organizadores)



Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamily Souza do Vale
(Organizadores)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Carlos Alberto Souza do Nascimento Júnior
Organizadores: Lázaro Castro Silva Nascimento
Kamilyly Souza do Vale

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S478 Sentidos em Gestalt-terapia [recurso eletrônico] : novas vozes, outros olhares / Organizadores Lázaro Castro Silva Nascimento, Kamilyly Souza do Vale. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-355-2

DOI 10.22533/at.ed.552201609

1. Gestalt-terapia. I. Nascimento, Lázaro Castro Silva.
II. Vale, Kamilyly Souza do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

PREFÁCIO

Escrever o prefácio de uma obra não é uma tarefa fácil. A tarefa se torna ainda mais difícil quando se trata de um livro escrito por vários autores e autoras, composto de doze capítulos, que perpassam por temas pungentes e de extrema relevância na atualidade. Dado isso, me sinto realizando uma delicada tarefa e receosa de que não a cumpra de forma honrosa. Que me desculpem os autores e as autoras se meu prefácio não estiver à altura do valor que encontrei em cada um dos capítulos.

Como já nos indica o título “Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares”, o livro organizado por Lázaro Castro Silva Nascimento e Kamilly Souza do Vale tem a proposta de visibilizar autoras e autores que trazem contribuições inovadoras ao campo conceitual e técnico dessa abordagem, se debruçando sobre temas pouco tratados nos livros publicados em Gestalt-terapia no Brasil. A riqueza e a profundidade com que temas tão diversos são tratados me fascinou e me fez ficar absorta nas páginas do livro; creio que será exatamente a mesma experiência que os leitores viverão diante da obra em questão.

O primeiro capítulo escrito por Lázaro Castro traz reflexões provocativas sobre o que podemos ou não considerar Gestalt-terapia. No diálogo que Lázaro traça com seu leitor, o mesmo aponta a não homogeneidade conceitual que embasa a prática dos profissionais desta perspectiva psicoterápica. Então, Lázaro busca ao longo do capítulo elucidar o que considera os fundamentos conceituais e teóricos da Gestalt-terapia e trazê-los a nós em um texto claro, construído sobre sólidas referências teóricas.

O segundo capítulo é uma contribuição valiosa de Kamilly Vale ao campo da psicoterapia de casais em Gestalt-terapia. Kamilly desenvolve o texto a partir de sua própria experiência de trabalho com casais, tanto teórica quanto prática, nos trazendo um alerta quanto ao grau de violência que é encontrando usualmente no relacionamento íntimo e que se reflete em modelos comunicacionais pouco cuidadosos entre as partes do casal. Kamilly constata que a comunicação está muito além do que é meramente dito e o discurso entre casais permanentemente atravessado pelas influências culturais.

No terceiro capítulo encontramos um belíssimo texto tecido a seis mãos e que se debruça sobre o tema da felicidade dentro do ponto de vista da Gestalt-terapia. Os autores Patrícia Yano, Francisco Soares Neto e Mariana Andrade partem da constatação de que a busca pela felicidade, e pela compreensão do significado da mesma, é secular. No entanto, o tema não tem sido objeto de ampla reflexão nas obras de Gestalt-terapia, tarefa à qual se propõe os autores.

A autora Mariana Pajaro desenvolveu o quarto capítulo a partir das inquietações vividas na prática clínica com crianças. Mariana relata sua busca por maior aprofundamento teórico-técnico, permeada por um sensível testemunho de experiências vividas em sua

clínica nas quais descobriu a importância de entrar em contato com a criança que um dia ela foi.

O quinto capítulo versa sobre o tema do trauma e a autora nos conta sobre seu percurso profissional, no qual buscou técnicas específicas que têm como base os conhecimentos das neurociências. Simone Dreher defende o ponto de vista de que o trabalho com traumas em Gestalt-terapia pode ser enormemente enriquecido pela aproximação com os estudos contemporâneos das neurociências, apresentando alguns conhecimentos que adquiriu nesse intercâmbio que se propôs a fazer.

No sexto capítulo nos deparamos com mais um tema tocante: o processo de elaboração do luto decorrente do fim de uma união afetiva. Keila Santos, partindo da constatação de que o número de separações e divórcios é crescente na sociedade contemporânea, traz contribuições importantes sobre o tema, obtidas por meio de uma cuidadosa pesquisa bibliográfica, sob o prisma da Gestalt-terapia.

Ao chegarmos ao sétimo capítulo, escrito por Hayanne Alves e Wanderlea Ferreira, novamente somos colocados frente a frente com um tema impactante no que diz respeito às possibilidades e dificuldades da prática do gestalt-terapeuta no sistema prisional brasileiro. A ação profissional em um contexto tão adverso é apontada, pelas autoras, como de extrema relevância e a visão de ser humano da Gestalt-terapia pode servir como suporte para uma prática em que os aspectos criativos são valorizados.

Livia Arrelias, no oitavo capítulo, denuncia a quase inexistência de discussões sobre as existências pretas e indígenas em Psicologia, de maneira ampla, e em particular na Gestalt-terapia. A autora reflete sobre o quanto o modo elitista do desenvolvimento da Psicologia no Brasil se refletiu em práticas psicológicas discriminatórias e socialmente excludentes.

No capítulo nove encontramos o relato de uma pesquisa desenvolvida a partir de perfis de usuários do aplicativo Grindr, um aplicativo de encontros para homens. Paulo Barros identificou um perfil de homem ideal preconceituoso na população estudada, verificando concepções homofóbicas e misóginas, mesmo entre homens que se relacionam com homens. A partir daí, reflete sobre os conceitos de introjeção e fronteira de contato na Gestalt-terapia.

O décimo capítulo foi redigido por Gabriely Garcia, Tainá Tomaselli e Ana Carolina Galo. As autoras escrevem sobre a importância da música em nossas vidas e, em especial, na utilização desta como recurso terapêutico por musicoterapeutas ao longo da história. Partindo da integração teórica entre a profissão da Musicoterapia e a Gestalt-terapia, constroem uma proposta de Gestalt-Musicoterapia ou Musicoterapia Gestáltica.

O processo de luto durante a pandemia de Covid-19 de Heloá Maués e Michele Moura é o tema do penúltimo capítulo do livro. As autoras consideram a delicadeza da situação em que vivemos na qual o direito de vivenciarmos o luto e os rituais de despedida dos entes que amamos nos tem sido tirado não só pelas dificuldades próprias à pandemia,

mas também por uma ausência de políticas governamentais apropriadas ao enfrentamento desta.

Chegamos então ao capítulo de encerramento no qual, mais uma vez, somos confrontados com um tema de grande relevância que é pensar sobre a experiência da vergonha calcada nos conceitos da Gestalt-terapia. Larissa Carvalho buscou compreender o processo vivenciado por uma pessoa envergonhada e as implicações da moralidade social.

Daqui em diante, fica por conta do leitor o cuidado na leitura e a abertura para a reflexão que o livro poderá proporcionar. Espero que todos possam usufruir de tão rico material organizado no livro, tanto quanto eu o fiz.

Patricia Valle de Albuquerque Lima

*Gestalt-terapeuta e Psicóloga. Doutora em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do curso de Psicologia da
Universidade Federal Fluminense (UFF).*

APRESENTAÇÃO

Os escritos presentes na obra *Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares* são antes de tudo um manifesto afetivo. Convidamos Gestalt-terapeutas espalhadas/dos pelo Brasil para compor um material que fosse ao mesmo tempo rico em produção de sentidos, mas também que transbordasse afetividade e construção teórico-prática na Gestalt-terapia.

Os trabalhos apresentados aqui versam sobre temáticas contemporâneas e diversas provocando leitoras e leitores ao *sentir* enquanto se debruçarem sobre cada um dos capítulos. Nosso objetivo maior foi ouvir novas vozes, possibilitar um espaço e dar visibilidade para autoras e autores que realizam pesquisas e trabalhos importantes na área, compartilhando-os e os tornando acessíveis à comunidade de um modo geral.

Esperamos que esse passo inicial seja de fato a concretização de um desejo comum: integrar espaços dentro da Gestalt-terapia, dirimir nichos que detêm lugares previamente demarcados e disponibilizar um material de qualidade com temáticas que toquem aqueles que diariamente compõem e constroem o fazer gestalt-terapêutico.

Uma excelente leitura para todas e todos!

Lázaro Castro Silva Nascimento

Kamilly Souza do Vale

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GESTALT-TERAPIAS E GESTALT-TERAPEUTAS: REFLEXÕES LINGUÍSTICAS E PLURALIDADE DE PRÁXIS Lázaro Castro Silva Nascimento DOI 10.22533/at.ed.5522016091	
CAPÍTULO 2	15
A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA NO MANEJO COM CASAIS EM GESTALT-TERAPIA Kamilly Souza do Vale DOI 10.22533/at.ed.5522016092	
CAPÍTULO 3	31
OS ESTUDOS SOBRE A FELICIDADE E A GESTALT-TERAPIA Luciane Patrícia Yano Francisco Alves Soares Neto Mariana da Silva de Andrade DOI 10.22533/at.ed.5522016093	
CAPÍTULO 4	47
ESTAR-COM CRIANÇAS: EM BUSCA DA LINGUAGEM PERDIDA Mariana Pajaro DOI 10.22533/at.ed.5522016094	
CAPÍTULO 5	57
TRAUMA, NEUROCIÊNCIAS E GESTALT-TERAPIA: INTEGRANDO PRÁTICAS E ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS Simone Aparecida de Souza Dreher DOI 10.22533/at.ed.5522016095	
CAPÍTULO 6	67
DESATANDO OS “NÓS” E RECONFIGURANDO O “EU”: O LUTO DECORRENTE DO FIM DA CONJUGALIDADE NA GESTALT-TERAPIA Keila Andréa Araújo Costa dos Santos DOI 10.22533/at.ed.5522016096	
CAPÍTULO 7	78
INTERLOCUÇÕES DA ABORDAGEM GESTÁLTICA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO Hayanne Galvão Pereira Alves Wanderlea Nazaré Bandeira Ferreira DOI 10.22533/at.ed.5522016097	
CAPÍTULO 8	93
REFLEXÕES DA CLÍNICA GESTÁLTICA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS Lívia Arrelias DOI 10.22533/at.ed.5522016098	

CAPÍTULO 9	110
“QUERO MACHO COM JEITO DE MACHO”: FRONTEIRAS DE CONTATO ENTRE USUÁRIOS DO GRINDR	
Paulo Henrique Pinheiro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.5522016099	
CAPÍTULO 10	126
GESTALT-MUSICOTERAPIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA E ALINHAVOS TEÓRICO-PRÁTICOS	
Gabriely Leme Garcia	
Tainá Jackeline Tomaselli	
Ana Carolina Tiemi Galo	
DOI 10.22533/at.ed.55220160910	
CAPÍTULO 11	137
O PROCESSO DE LUTO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: LEITURAS GESTÁLTICAS	
Heloá Pontes Maués	
Michele dos Santos Moura	
DOI 10.22533/at.ed.55220160911	
CAPÍTULO 12	152
A PERCEPÇÃO DA VERGONHA SOB O VIÉS DA CLÍNICA GESTÁLTICA	
Larissa da Silva Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.55220160912	
SOBRE OS ORGANIZADORES	166

REFLEXÕES DA CLÍNICA GESTÁLTICA SOBRE RELAÇÕES RACIAIS

Lívia Arrelias¹

A sociedade precisa muito mais do que consultórios psicológicos, ela precisa retomar a confiança em si e que é formada por pessoas reais em contextos sociais reais.

Belmino (2014, p. 94)

Este texto é gestado a partir de uma falta que gera inquietação e busca por diálogos: a falta das discussões sobre existências pretas e indígenas na tradição da Psicologia, de maneira ampla, e da Gestalt-terapia, de maneira particular. O intento de indicar esta falta é sinalizar a responsabilidade técnico-científica da Psicologia e da Gestalt-terapia em relação aos processos de apagamentos e silenciamentos das condições precárias e violentas de vida da maioria da população, que vem dando seu suor e sangue para a construção deste país desde sempre, recebendo de volta apenas desigualdades, humilhações e morte.

Narrar é, também, impedir o esquecimento e evitar que aquelas condições degradantes de vida, ainda tão atuais, continuem existindo. A inquietação que me move em busca de diálogo acontece em um tempo-lugar de abertura de campo que possibilita lançar reflexões baseadas para além da lógica brancocêntrica tradicional da Psicologia – e aqui não se trata apenas de quem escreve, mas, principalmente, de *como* escreve e socializa o conteúdo recebido. Afinal, não existem fala ou escrita, escuta ou leitura neutras. A construção das nossas percepções do mundo é sempre atravessada pelo lugar que ocupamos. E me incluo nesta lógica.

Nesse sentido, este trabalho se debruça especificamente em aspectos vivenciais entrecruzados de raça e gênero, a fim de contribuir com reflexões que ajudem a embasar intervenções, metodologias e instrumentais que concretizem o encontro-cuidado na clínica gestáltica a partir desses lugares existenciais. Em termos técnicos, o que me guia são as demarcações de Alvim (2019) e Belmino (2015), de que ocupamos, como profissionais da Psicologia, um tempo-lugar onde as experiências de fronteira precisam ser vivenciadas com zelo técnico-científico, e a Gestalt-terapia brasileira encontra solo fecundo para se desenvolver no diálogo entre a nossa realidade mais imediata e o que já vem sendo produzido. Este tempo-lugar profissional, ao ser ocupado com ética política e afetiva, “permite descentrar o olho e desnaturalizar a percepção, dando a ver (e a sentir) o que

1. Gestalt-terapeuta. Psicóloga (CRP 10/2440). Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento (Universidade Federal do Pará). Especialista em Gestalt-terapia (CCGT). Integrante da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os, Núcleo Amapá (ANPSINEP/AP).

afeta sem se mostrar” (ALVIM, 2019, p. 893).

Além disso, em trabalho anterior (ARRELIAS, 2019), trago algumas reflexões para modificar o foco do nosso olhar profissional, no sentido de realizar intervenções “com uma população complexa e dinâmica, que se ajusta criativa e constantemente de acordo com as demandas do seu campo vivencial e das suas próprias percepções” (p. 221). Perceber os afetos dolorosos, amorosos e o que comparece no entre nos encaminha de forma responsável no sentido de sustentação de nosso lugar ético e político no fazer cotidiano.

ENCONTRO ENTRE A PSICOLOGIA E AS RELAÇÕES RACIAIS

Com acesso reduzido a um grupo populacional economicamente privilegiado, a profissão e ciência psicológica brasileira se desenvolve focada em situações vivenciais de populações brancas, antes mesmo de sua legalização, promulgação e organização interna no país, no início dos anos 1960. Ela chega oficialmente a partir de cursos de Psicologia Social, oferecidos nos anos 1930 em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, por Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson e Dante Moreira Leite, e, em seguida, pelo trabalho de duas psicanalistas negras: Virgínia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg. Ambas participaram de um estudo solicitado pela UNESCO, no início dos anos 1950, que tinha por objetivo conhecer aquilo que se entendia como a bem-sucedida experiência do Brasil na dinâmica das relações raciais (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012).

Durante os anos de ditadura militar, mais especificamente, a partir de 1968, trabalhos em comunidades rurais e periferias começam a desafiar a visão elitista do fazer psicológico, contrapondo-se às formas privilegiadas de ensino dessa ciência nas instituições formadoras. Ao se questionar sobre as contribuições da Psicologia em relação às condições de vida das populações mais vulneráveis, um grupo de professores inicia trabalhos de formação em espaços comunitários, junto a setores da Igreja católica – especialmente as CEBs – e as ações de educação popular, de Paulo Freire. Nasce a Psicologia Social Comunitária enquanto prática profissional e, mais tarde, a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) consolida esse fazer dissidente. A partir de então, os questionamentos, oriundos especialmente da Psicologia Social, com Sílvia Lane e seu grupo de estudos e pesquisas, começam a balançar essa estrutura psicológica acadêmica, ampliando as possibilidades de intervenções e estudos para grupos populacionais em situações diversas de vulnerabilidades e sofrimento ético político. Esses grupos, dispensados historicamente pela ideia de construção de sociedade brasileira, eram – e são – compostos até hoje a partir de uma lógica racial que exclui quem não é branque², o ser humano universal e almejado enquanto possibilidade de ser gente e ter direito a uma vida digna (CAMPOS, 2006).

O olhar individual, com relatos de experiências dolorosas de pessoas negras, foi

2. Neste texto, usei linguagem gendrada a fim de evitar binarismos de gênero, exceto nas citações diretas, onde será mantida a escrita original. Portanto, será utilizada a letra “e” como demarcadora de diversidade de gênero, incluindo pessoas cisgênero, transgênero e gênero diversas.

apresentado por Neusa Santos Souza (1983), em uma produção na qual conta histórias de vivências racializadas de pessoas negras que ascenderam socialmente, em diversos aspectos, como trabalho, relações íntimas, familiares, e como enxergam a si mesmas. Discussões sobre o papel de brancos na manutenção e disseminação de práticas racistas são discutidas sistematicamente por Bento (2002), momento em que as psicólogas apresentam reflexões sobre as responsabilidades de pessoas brancas no campo das relações raciais. Nesse mesmo ano, o Conselho Federal de Psicologia regulamenta as ações profissionais da Psicologia no campo das relações raciais, por meio da Resolução nº 18/2002 e, mais tarde, lança o caderno de referências técnicas para a atuação profissional na temática, em 2017. Temos, assim, um aumento considerável das discussões e publicações, na área da Psicologia, sobre as diversas formas como as relações raciais se estabelecem e produzem sofrimentos intensos em populações vulneráveis socialmente, por um lado, e mantêm os privilégios de uma vida segura e digna para o grupo populacional branco, de outro.

Vale destacar que, desde os anos 1930, além dos citados estudos sobre Psicologia Social, havia um movimento intenso, porém abafado, de pessoas negras cujos trabalhos apenas muito recentemente começam a ser reconhecidos de forma mais consistente. Nomes como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Guerreiro Ramos, Carolina Maria de Jesus, entre outros, possuem escritos contundentes de denúncia das condições de vida degradantes da população negra brasileira, em produções acadêmicas, literárias, políticas, jornalísticas e teatrais, inclusive com diálogos intensos em movimentos internacionais nos Estados Unidos e em diferentes países do continente africano. Portanto, negres sempre souberam e expuseram as condições nefastas em que se constroem suas vidas desde a época colonial, condições estas que assumem características refinadas de manutenção de lugares racialmente estanques nas vidas cotidianas e institucionais no Brasil.

Nesse movimento, desde as intervenções da Psicologia Comunitária e da Psicologia Social, os *settings* terapêuticos tradicionais também são questionados enquanto espaços privilegiados de trabalho da Psicologia. A noção de clínica se amplia, saindo de uma lógica de espaço físico – o consultório particular individual – para uma postura profissional, que se caracteriza pela escuta e olhar qualificados, pelo acolhimento (pretensamente) universal, pela validação. Essa mudança é essencial para compreendermos que a clínica psicológica nos moldes tradicionais tem a psicoterapia individual e de prática higienista privilegiadas, distanciando-se ou mesmo negando questões sociais enquanto vivências que favorecem o estabelecimento de relações específicas no campo. Uma característica da clínica psicológica passa a ser, então, romper com essa lógica, em direção a uma postura ética e política pautada por posicionamento profissional potencializador de existências humanas (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007).

Não se pode esquecer que a ciência expressa e alimenta ideologias; assim, a ideia de clínica neoliberal alimenta o modelo individualista, por vezes perverso, que se esquece do homem para manter a lógica do capital (MOREIRA; ROMAGNOLI; NEVES, 2007, p. 615).

Essas reflexões são essenciais para entendermos como o modelo clássico de clínica psicológica vai de encontro à proposta de trabalho da Gestalt-terapia. Esta, ao considerar o ser humano na relação estabelecida no campo vivencial como forma primordial de existência, recusa qualquer possibilidade de individualismo tal como reverenciado pela sociedade capitalista, violenta e desigual em que vivemos. O fundamental nesta compreensão é que ela embasa as necessárias mudanças de percepção e de postura profissional que vem sendo exigidas, hoje, nas nossas práticas profissionais.

Atualmente, a Psicologia está pulverizada por diversos setores da sociedade, precisando ainda se reinventar para conseguir chegar nas potências de vida de grupos populacionais historicamente retirados da condição de humanidade e negados em suas existências. Em um país que se estrutura e se sistematiza no racismo, trata-se de se repensar e recriar a Psicologia para que acolha, cuide, valide, torne visíveis grupos populacionais sistematicamente excluídos de suas produções teórico-metodológicas e, portanto, invisíveis em suas intervenções.

A Gestalt-terapia também segue essa lógica, provavelmente bastante influenciada pelas ideologias e epistemologias de ensino e atuação da época em que chega ao país, nos anos 1970. Apesar de ser reconhecida como um sistema psicoterapêutico gestado e desenvolvido em uma lógica contracultural, politizada e subversiva, para a realidade brasileira que vivia uma ditadura militar e um forte teor ideológico de falsa democracia racial, a Gestalt-terapia pouco se debruçou, à época, sobre as situações concretas de vida da maioria da população brasileira. Por outro lado, a caminhada histórica da Gestalt-terapia em solo brasileiro tem permitido um embasamento teórico-técnico que possibilita nos re-constituirmos enquanto sujeitos-profissionais em trânsito por reflexões assentadas na realidade atual, com suas demandas, possibilidades e potencialidades.

Quando vamos a questões práticas do trabalho concreto e da maioria das produções técnicas em Gestalt-terapia, as reflexões e discussões que envolvem raça e gêneros diversos são muito profícuas. Vivências sobre orientação sexual, capacidades, território, espiritualidades também são bastante invisibilizadas, sendo apagadas e negadas na clínica psicológica, de maneira geral, e na clínica gestáltica, de maneira particular, o que pode denotar um posicionamento compatível com práticas tradicionais individualistas. Considerando as forças estruturais e estruturantes de todo o século XX, que criam e reforçam um ideal de humanidade a ser alcançado – que é branco, masculino, cisgênero, heterossexual, de classe alta, sem deficiência, urbano, cristão –, pode-se considerar que estas mesmas forças operavam com muita intensidade no campo da clínica psicológica. E é justamente o posicionamento firme, constante e bem embasado de grupos e movimentos

sociais diversos organizados politicamente que nos permite, hoje, re-pensar e re-estruturar a maneira como nos compreendemos tecnicamente e, a partir daí, tensionar por fazeres condizentes com as experiências de vida da maioria da população brasileira, que tradicionalmente não acessava nossos serviços, mas, hoje, passa a demandá-los.

Para Isadore From (PERLS; HEFFERLINE; GOODMAN, 1997, p. 17), a Gestalt-terapia “deslocou o centro de gravidade para a experiência presente do paciente e [...] colocou o terapeuta e o paciente juntos no centro das atenções para iluminar tanto quanto possível seu relacionamento concreto”, de forma a fundamentar uma forma de prática clínica inovadora para a época em que se desenvolveu. É possível afirmar que é inovadora ainda hoje, pois a clínica gestáltica procura acompanhar as mudanças históricas e contextuais de quem a põe em prática, ainda que haja críticas reflexivas que se referem à constituição da ciência psicológica nesses mesmos tempos-espaços históricos e contextuais.

A Gestalt-terapia considera a relação intrínseca entre organismo e ambiente como forma compreensiva de como as existências se dão. Neste sentido, o trabalho clínico acontece na fronteira de contato, a qual só faz sentido na relação que se estabelece em um campo vivencial e em um tempo específicos. “Sendo definido como sistema de contatos, o eu é deslocado do interior do psiquismo para o campo, não é compreendido como substância, mas como um processo que se desenrola no tempo, uma espontaneidade expressiva e criadora” (SILVA; BAPTISTA; ALVIM, 2015, p. 193).

O campo teórico das relações raciais no Brasil se configura como uma *gestalt* aberta, sistematizada a partir de instituições que impedem ou dificultam a *awareness* de como essa configuração se forma, se mantém e se fortalece. Tecnologias racistas como o epistemicídio, o etnocídio e a necropolítica são utilizadas como estratégias privilegiadas para negar uma história não contada sobre os povos pretos e indígenas enquanto produtores de cultura, de civilização, de espiritualidade, enfim, de formas de existência próprias, sistematicamente silenciadas.

RACISMO COMO ESTRUTURANTE DO CAMPO VIVENCIAL

O racismo é um projeto de controle de vidas que se estrutura através de aspectos histórico-sociais nos âmbitos político, jurídico, ideológico e econômico. Ele possibilita a hierarquização dos grupos humanos, dentro de uma sociedade racializada, de forma a legitimar privilégios a branques e naturalizar a violência e a morte de pretos e indígenas, sem causar dor ou arrependimento. Existências negras e indígenas – cisgênero, transgênero e gênero diversas – não encontram eco em uma sociedade estruturada no racismo, no binarismo de gênero branco e na misoginia.

Para Moore (2012), o racismo é uma realidade histórica que se fundamenta no fenótipo para criar uma realidade política, cultural e econômica de exclusão de grupos específicos e o privilégio existencial de outros. E é através do fenótipo que se estruturam as

práticas sociais de deslegitimação de elementos sociais não brancos, animalizando corpos pretos e indígenas, diminuindo o valor de aspectos culturais de origem africana e indígena, territorializando os espaços urbanos e rurais segundo os seus usos, criminalizando corpos e territórios segundo sua ocupação pseudo-humana.

O fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações “raciais” (MOORE, 2012, p. 19).

A presença do passado histórico é vivenciada ainda hoje nas formas de funcionamento das diversas instituições sociais, públicas, privadas ou mais íntimas, atualizando as formas de opressão daquele período. As experiências cotidianas dos diferentes grupos racializados são concretizadas de acordo com o lugar social que ocupam, de forma cíclica, apesar das lutas e resistências históricas de negres e indígenas. Contudo, a não racialização de brancos, que dominam todos os espaços de produção e manutenção de poderes econômicos, ideológicos, jurídicos e políticos, mantém os grupos negros e indígenas no lugar da coisificação e animalização, sem que seja possível separar esses conceitos de suas subjetividades. Os fatos históricos se sobrepõem, portanto, às maneiras como se constituem existencialmente nesse campo estruturado no racismo (SANTOS; LIMA, 2009).

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade obscura, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos (KRENAK, 2019, p. 11).

Conceder a si próprio o lugar de ser humano universal fez dos colonizadores europeus *experts* em programar e praticar violências contra os povos categorizados como inferiores, segundo seus interesses particulares de exploração e dominação. As características fenotípicas foram o mote que lhes permitiu sustentar concretamente este lugar de detentores privilegiados de saberes e narrativas sobre a humanidade. Esse posicionamento diante de uma realidade criada por e para si estruturou a sociedade brasileira desde o início da colonização, por meio de percepções e atitudes intra e interindividuais e institucionais do grupo branco, a partir de uma lógica que coloca o racismo como regra, e não exceção, de todas as formas possíveis de estabelecimento de contato. Práticas sistêmicas de racismo são possíveis graças a uma organização muito bem intrincada, que opera nos níveis ideológico, político, jurídico e econômico, os quais são acionados de forma integrada para a manutenção e recrudescimento, quando necessário, da concretização do racismo (ALMEIDA, 2018).

Em termos ideológicos, o racismo opera de forma a ser naturalizado tanto

historicamente quanto no cotidiano institucional e intraindividual. Nascimento (2016) apresenta uma série de estratégias históricas que o Brasil, enquanto nação, desenvolve para criar um imaginário estanque hierarquizado sobre os lugares sociais de negres, indígenas e brancos na estrutura social brasileira, como o mito da democracia racial, práticas hiperssexualizadoras de corpos negros (masculinos e femininos cisgênero), a falsa abolição, as teorias científicas eugenistas, o processo de imigração de grupos europeus específicos, a precarização das condições de vida da população negra ex-escravizada, as leis de criminalização da cultura negra, o embranquecimento cognitivo e cultural, dentre outros. Importante destacar que os povos originários não são citados nessas reflexões, entre outros fatores, por ser aquele um período em que se difundia a ideia de extinção ou aculturação desses povos (década de 1970), ou, ainda, de que só havia povos indígenas na região amazônica, território não visibilizado por esse autor ou por grande parte do movimento negro da época.

O racismo em seu aspecto ideológico é criado e reforçado pelos meios de comunicação, pelos sistemas educacionais, culturais e religiosos, especialmente cristãos. “Os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída” (ALMEIDA, 2018, p. 50). É suficiente que este indivíduo simplesmente não se manifeste a respeito de relações raciais e racismo, que manterá seus privilégios intocados.

Desta forma, gestalticamente falando, é possível refletir sobre os lugares socialmente percebidos e ideologicamente construídos de corpos racializados. Uma vez que “o corpo está ligado intencionalmente ao mundo e é parte fundamental para a ‘aparência’ do mundo” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 205), a existência hierarquizada só faz sentido e se mantém porque visibilizada e naturalizada a partir do olhar e da estética de quem a institui – o corpo branco. Os impedimentos institucionalizados de pessoas negras e indígenas de narrarem a si, de se apossarem de suas vozes e estéticas permite a manutenção de inscrições sociais desses corpos a partir do olhar colonizador branco. E é neste jogo social fortemente racializado que se mantêm as violências e políticas de morte, determinando quem pode viver e em que circunstâncias, e quem deve morrer sem causar comoção.

Em termos políticos, Almeida (2018) diz que é necessário passar pelo Estado constituído e suas formas organizativas institucionais para compreender como o racismo se estrutura, uma vez que “o racismo é elemento constituinte do Estado moderno” (p. 68). Para Mbembe (2018), a política “é definida duplamente por um projeto de autonomia e a realização de acordo em uma coletividade mediante comunicação e reconhecimento. É isso, dizem-nos, que a diferencia da guerra” (p. 9). Entretanto, vale ressaltar aqui que o Brasil possui índices agrupados de mortalidade letal de corpos pretos (masculinos, femininos, LGBTQIA+, infantis...) muito superiores aos de países em guerra declarada mundo afora (c.f. Atlas da violência, IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Associação Nacional

de Travestis e Transexuais; Grupo Gay da Bahia; UNICEF; Comissão Pastoral da Terra). Os dados isolados do genocídio da juventude são superiores aos de mortos em conflitos armados.

Em termos políticos, jurídicos e econômicos, o Brasil se estrutura de forma a normalizar a morte de corpos negros e indígenas ao mesmo tempo em que naturaliza corpos brancos, preferencialmente masculinos cis-hétero, em lugares de decisão sobre as vidas de quem está morrendo e quem está sendo protegido. E esta seletividade ajuda a alimentar as ideologias que têm perpetuado e retroalimentado a estrutura racista brasileira. Para Almeida (2018, p. 73),

a atuação do Estado, como a forma política da sociedade capitalista, está histórica e logicamente conectada com a reprodução das outras formas sociais do capitalismo: a forma-mercadoria (propriedade privada), a forma-dinheiro (finanças) e a forma-jurídica (liberdade e igualdade).

Enquanto profissionais da Psicologia, estabelecemos relações com pessoas diversas no campo vivencial que se configura no encontro clínico e também fazemos parte dessa mesma estrutura. É nela que conformamos ou (de)formamos nossas maneiras pessoais de perceber e agir no mundo, a partir de territórios específicos que nos permitem perceber, sentir, agir, refletir sobre cada episódio de contato estabelecido. As configurações específicas do Estado brasileiro em diferentes períodos da história do Brasil – Colônia, Império, República, ditadura Vargas, 2ª República, ditadura militar, reabertura política, pseudodemocracia, dias atuais – mostra a força do racismo na conformação das vidas, com reinvenção e o refinamento de tecnologias coloniais mantenedoras da ideologia e das práticas de necropolítica e necropoder.

Definir politicamente, a partir de corporeidades específicas, quem deve morrer impede que corpos negros e indígenas possam existir em todas as suas potencialidades criadoras, entendendo que “[...] o poder expressivo e criador está [...] na corporeidade, nessa experiência no mundo” (ALVIM, 2012, p. 62). Se são corpos matáveis em um sistema capitalista que os vê como mercadorias e prestadores de serviços, se não ocupam esses espaços determinados pelo corpo branco, então podem ser alvejados ou largados à própria sorte para definharem em condições deterioradas de vida. Se “a experiência do corpo como uma totalidade imbricada no mundo define a corporeidade” (ALVIM, 2012, p. 62), então a naturalização de corpos pretos e indígenas como não humanos ou menos humanos serve muito bem às práticas de dominação em curso no Brasil. Estes jamais poderão ser corpos-sujeitos, pois suas experiências existenciais estão no mundo segundo uma lógica colonial, que é a de objeto, em condições de humilhação e vulnerabilidades diversas.

O caráter jurídico do racismo se refere, desde o início da colonização europeia, à classificação hierarquizada de povos, criando uma espécie de “não-eu” que possibilitasse concretizar todos os interesses e violências colonizadoras. A autorização papal através das Bulas *Dum Diversas* e *Romanus Pontifex*, concedidas pela Igreja católica a Portugal

no século XV (PEREIRA, 2016), permitiu que portugueses e, alguns anos mais tarde, espanhóis pudessem explorar os continentes africano e americano. Após criar grupos que poderiam ser explorados, a partir de diferenças fenotípicas, legaliza-se a morte daqueles considerados não humanos, objetos por excelência de produção de condições privilegiadas de vida a quem outorga a si o poder de definir o que é e o que não é humanidade.

Segundo Nascimento, nos anos 1970, se vivia segundo a premissa de que...

Embora na realidade social o negro seja discriminado exatamente por causa da sua condição racial e da cor, negam a ele, com fundamentos na lei, o direito legal de autodefesa. A constituição do país não reconhece entidades raciais, todo mundo é simplesmente brasileiro. Mas o preceito, ao se tornar operativo, ganhava uma dupla qualidade – de ferramenta usada convenientemente no interesse da estrutura do poder, e de arma imobilizadora apontada na direção das massas afro-brasileiras (2016, p. 94).

O sistema de justiça, nos dias atuais, apresenta funcionamento semelhante ao estabelecer dois pesos e duas medidas – com critérios raciais – para abordagens policiais em periferias, zonas rurais e bairros considerados nobres; ao aplicar seletivamente a legislação penal de acordo com o fenótipo e a classe social de réus; ao acertar sempre os corpos-alvo com as mesmas características: jovens negros de periferia, preferencialmente masculinos cisgênero; a condução em episódios de invasão de territórios indígenas e quilombolas, com a morosidade para a demarcação de terras; as ações penais em situações de invasão e destruição de centros de tradição de matriz africana, entre outros. Situações como estas criam demarcações concretas e coerentes entre os lugares e territórios de uso de populações negras e indígenas e a atuação do sistema judiciário e de (in)segurança policial, ambos liderados por pessoas ou ideologias brancas. Novamente, há negação de possibilidades existenciais corporificadas de pessoas negras e indígenas, incidindo diretamente nas conformações a padrões sociais demarcadamente brancos.

Para Almeida (2018, p. 104), a essência do que se conhece por direito é poder, sem o qual “as normas jurídicas não passariam de abstrações sem realidade [...] o poder é o elemento preponderante que concede realidade ao direito”, inclusive, se configurando como uma simbiose entre direito e poder, que tem o racismo como elo.

A ascensão ao poder de grupos políticos racistas colocou os direitos à serviço de projetos de discriminação sistemática, segregação racial, extermínio, na forma de leis anti imigração ou da imposição de severas restrições econômicas às minorias. A conclusão é que o racismo é uma relação estruturada pela legalidade (ALMEIDA, 2018, p. 104).

Por fim, na compreensão do direito como relação social, Almeida diz que “o que chamamos hoje de direito ganha a forma atual apenas com o advento das sociedades capitalistas contemporâneas” (2018, p. 104), e é no seu interior, segundo suas necessidades, que se forjam as normas jurídicas que mantêm esta mesma sociedade protetora legal das condições de vida das pessoas brancas. Refletindo, com Merleau-Ponty, se “ser corpo

é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é no espaço” (1994, p. 205), então podemos imaginar uma das formas de se construir e fortalecer legalmente a ideia de corpo infrator e corpo a ser protegido, o que guia com muita eficácia as ações policiais, de diferentes ramos do direito e do sistema judiciário. Inclusive, esta ideologia é um instrumento muito eficaz de convencimento de meninos negros a entrarem para corporações militares cujo alvo primordial são corpos como os seus (REIS, 2005; SILVA, 2019), sonhando com melhoria de vida nessa instituição.

O direito como aspecto do racismo estrutural pode ajudar a compreender o estabelecimento e a manutenção da violência racista legalizada pelo Estado brasileiro. Por outro lado, é importante frisar que este mesmo campo do direito vem sendo utilizado como ferramenta importante de luta antirracista, com a implementação de leis imprescindíveis de denúncia das muitas formas de apresentação do racismo, bem como de estratégias de combate e de reparação fundamentadas em aparatos legais. A dificuldade se encontra na efetivação dessas leis, uma vez que pessoas negras e indígenas ainda possuem acesso negado ou dificultado em espaços jurídicos de poder. No que cabe à Psicologia, as dificuldades se referem, muitas vezes, a formas diversas de adoecimentos graves de profissionais, dentro das instituições formadoras ou no campo de trabalho.

Por fim, o racismo como estrutura da sociedade brasileira se organiza em torno da desigualdade, que “é um ponto nodal das teorias econômicas”, podendo “ser expressa em dados estatísticos e quantificada matematicamente, mas sua explicação está na compreensão da sociedade e seus inúmeros conflitos” (ALMEIDA, 2018, p. 121). Para Carneiro (2011, p. 93), há a “persistência de uma lógica que informa o Estado brasileiro de que ele, quando não mata, mantém a maioria de nossa população em condições de indigência material e cultural, refém do paternalismo e do assistencialismo”. Dessa forma,

o problema da pobreza no Brasil não resulta da falta de recursos, mas de um alto grau de desigualdades [...] as políticas universalistas implementadas não tem sido capazes de reduzir essas desigualdades e o combate à desigualdade tem impacto superior sobre a redução da pobreza do que via crescimento econômico (CARNEIRO, 2011, p. 97).

Economicamente, o racismo se manifesta de forma intersubjetiva nos grupos negros e indígenas, os colocando em uma posição biologicamente naturalizada de indigência e incapacidades individuais de sair dela. A incorporação desse lugar marginal pré-determinado favorece uma construção de si como inadequação de acessar certos espaços, incapacidades acadêmico-intelectuais e mesmo laborais, tornando-os vulneráveis à precarização das condições de trabalho e ao abandono de suas vivências culturais tradicionais – uma forma de etnocídio –, a fim de não serem identificados com estas condições de vulnerabilidades e subalternidades. Além disso, é sobre esses grupos precarizados economicamente que recai uma alta taxa de tributação, que se organiza, no Brasil, sobre o salário e o consumo, em vez de sobre o patrimônio e a renda, o que seria um caminho para a justiça social

(ALMEIDA, 2018).

Estes quatro elementos de análise do racismo estrutural e estruturante brasileiro atuam dinamicamente em ações concretas institucionalizadas, nos encontros intersubjetivos e nas (im)possibilidades de cada pessoa, individual e coletivamente, narrar a si. As instituições concretas e simbólicas se organizam hierárquica e cotidianamente de forma a negar ou dificultar o acesso e a permanência de pessoas negras e indígenas, fortalecendo uma ideologia de lugares pré-determinados cristalizados a partir da identificação racial e de gênero fornecida pelo olhar externo. Como exemplos, podem ser citados os números de docentes negres e indígenas em todos os níveis de educação, que, a despeito de serem poucos nas séries iniciais, rareiam ainda mais conforme aumentam as exigências de especializações e títulos acadêmicos. Outros exemplos são a oferta de serviços de saúde diversos, em que profissionais com nível são, em geral, brancos, e a ocupação de cargos políticos eletivos majoritariamente brancos e masculinos cisgênero, apesar das cotas partidárias obrigatórias, burladas com frequência.

ENCONTRO CLÍNICO – CONTATO NO CAMPO

É na outra pessoa que eu concretizo a minha existência: “a presença e o olhar do outro são essenciais para que nos fundemos. Nosso existir demanda o testemunho do outro” (FRAZÃO, 2017, p. 26). No encontro com pessoas brancas, esta existência não tem sido concretizada por pessoas negras e indígenas pois o racismo, simplesmente, não permite essa realização existencial. Ele impede a constituição de si como pessoas, pois a destruição de corpos negros e indígenas enquanto indivíduos existentes faz parte do projeto de genocídio organizado por brancos para viabilizar o projeto colonial-capitalista. A lógica de pensamento racional do ocidente impõe a necessidade de pensar para existir, retirando a potencialidade do corpo sensorial enquanto base de existência ancestral negro-africana e indígena. O racismo favorece esse lugar de negação a partir da exacerbação do racional.

As experiências existenciais são vividas como violentas desde antes do nascimento de pessoas negras e indígenas, que passam por elas de formas diferentes segundo seus marcadores existenciais de gênero. Mulheres e homens, cis ou transgêneros e pessoas de gênero fluido são constantemente atravessadas pela não existência provocada pelo racismo, enquanto brancos, também independentemente de gênero, vivem seus privilégios (especificamente intragrupos de gênero), distanciando-se da mutualidade, do acolhimento e da validação do “entre” dialógico. O atendimento e o acompanhamento clínico de negres e indígenas torna-se muito difícil diante de pessoas brancas e também de pessoas negras e indígenas não conscientes politicamente de suas existências racializadas, ou seja, embranquecidas.

Para Frazão (2017), nossa função primordial e essencial na clínica gestáltica é

o acolhimento, a confirmação e a validação da outra pessoa tal como ela se apresenta, “em suas angústias, alteridade, diversidade e singularidade existencial” (p. 26). O olhar confirmador é a ação concreta da clínica gestáltica. Confirmação é postura ética “que envolve o olhar fundante do terapeuta e também a confirmação do ser do paciente que cada um pode apossar-se de si, ser belo, único e singular em seu pleno existir” (FRAZÃO, 2017, p. 27).

A prática clínica da Gestalt-terapia, neste posicionamento ético, proporciona...

[...] nos dispomos como suporte e ajuda ao outro em questões tão íntimas e delicadas quanto as nossas próprias vicissitudes; com a possibilidade de utilizar a palavra falada, a escuta respeitosa e acolhedora para fazer da relação psicoterapêutica um campo seguro para que o cliente expresse-se e experimente-se em suas formas de ser-no-mundo; a inclusão de nossa subjetividade para, também a partir dela, empreender intervenções geradas naquilo que nos atravessa, em termos de afetos, sensações e saber técnico a respeito do contato com o cliente, transformando esses elementos em perguntas e apontamentos que visam a ampliar o olhar e a percepção deste sobre si, sobre suas escolhas (MENEZES, 2017, p. 143).

Para Perls, Hefferline e Goodman (1997, p. 46), “a realização de uma gestalt vigorosa é a própria cura”. Mas isto só será possível se incluirmos a quem delega a si, colonialmente, o lugar naturalizado de definir todas as possibilidades de existência humana: branques. Para Bento (2002, p. 26) “o silêncio, a omissão ou a distorção que há em torno do lugar que o branco ocupou e ocupa, de fato, nas relações raciais brasileiras” ainda se configura como um ponto importante a ser tensionado para podermos pensar em, efetivamente, praticar uma clínica gestáltica que priorize existências dignas em uma perspectiva política de campo para negres e indígenas.

A falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (BENTO, 2002, p. 26).

Além disso, os silenciamentos de corpos e existências indígenas precisam ser questionados, de forma a estabelecer reflexões, produções técnicas e intervenções da Psicologia e da Gestalt-terapia mais amplas.

Para Hycner (1988, p. 22), uma psicoterapia dialógica “se refere ao fato de que a existência humana, em seu nível mais fundamental, é inerentemente relacional”, e o racismo, a misoginia e a transfobia potencializam essa violência que impede ou dificulta o reconhecimento de alteridades e, neste sentido, de existências fora da norma branca cisgênero.

Alteridade significa o reconhecimento da singularidade e nítida separação do outro em relação a nós, sem que fique esquecida nossa relação e nossa humanidade comum subjacente. A pessoa é um fim em si mesma e não um

Em relações mediadas pelo racismo, simplesmente não há possibilidade de reconhecimento da alteridade fora do grupo branco. Enquanto fenômeno de campo, o racismo, o sexismo e a transfobia violentam a existência do polo mais fragilizado da relação devido ao não reconhecimento e à não validação da sua humanidade. O outro polo, por sua vez, trabalha em favor da manutenção da dor emocional, da neurose de quem já está sofrendo.

Segundo Lewin, o comportamento não depende nem do passado, nem do futuro, mas, do campo presente (LEWIN, 1965). Neste sentido, os lugares sociais de privilégio (brancos) e de violência (negres e indígenas) vivenciados no momento presente são estruturados enquanto formas de contato possíveis em uma sociedade que se nega a reconhecer e a resolver seus problemas com o racismo. E, assim, compartilhamos de um fundo comum generalizado que nos atravessa de formas muito singulares, mas que impede de nos constituirmos como seres plenos – estabelecendo contatos vigorosos e com reconhecimento e validação de alteridades, de criação de possibilidades outras (SILVA; BAPTISTA; ALVIM, 2015).

O racismo impede ou dificulta que pessoas pretas e indígenas se vejam, se considerem, se expressem integralmente como seres humanos, pois são destituídas de suas humanidades pela estruturação racista. Então, se tornam fenômenos incompreensíveis, pois incompletos ou deformados pelo olhar branco sistematizador das possibilidades sociais. O saber a ser revisto – e, quem sabe, reaprendido – é o da clínica psicológica tradicional, que é branca europeia e norte americana. Portanto, questionar e rever estes *a priori* é necessário, uma vez que os mecanismos tradicionais de compreensão, planejamento e ação diante da realidade que vivemos, hoje, não são suficientes para a reorganização das vidas, já que práticas racistas ainda estão fortemente presentes nas configurações relacionais intersubjetivas, interferindo nos conceitos e formas próprias de cada pessoa ver a si mesma (SANTOS; LIMA, 2009).

Ações presentes para um futuro talvez menos tenebroso envolvem compreender que “a dinâmica própria do racismo se desenvolve dentro do universo de atitudes, valores, temores e, inclusive, ódios – mesmo quando inconfessos – infiltrando-se em cada poro do corpo social, político, econômico e cultural” (MOORE, 2012, p. 226). São diversas as possibilidades de intervenções e, na clínica gestáltica, temos o corpo como experiência primeira, concreta no mundo. E aqui me refiro tanto ao corpo de clientes/usuários/pacientes/consultantes quanto o corpo de psicoterapeutas. Esse encontro, o que se estabelece no *entre*, naquele campo específico...

Os efeitos do encontro de corpos negros ou indígenas com corpos brancos não são passíveis de racionalização simples. Foram quase quatrocentos anos de escravização, com práticas de violências cruéis e cada vez mais tornadas públicas (exemplo: as atrocidades

cometidas pelo rei Leopoldo, no Congo Belga; as práticas de castração de homens negros escravizados que se “atreviam” a formar família com mulheres negras, também escravizadas). Depois, são mais de uma centena de anos de tentativa de apagamentos dessas violências, com legalização ideológica, jurídica e econômica de atrocidades, humilhações e torturas praticadas por brancos.

Quebrar cinco séculos de violências transgeracionais envolve vivenciar afetivo-emocionalmente, na carne, toda essa dor, raiva, medo, angústia e outros nomes possíveis – e não tem como isto acontecer de forma amena. Se for externalizada, possui uma configuração muito específica. Se for internalizada, essa manifestação inabitual que emerge espontaneamente apresentará outra configuração. A possibilidade de a pessoa negra ou indígena ser acolhida e validada diante de corpos brancos e embranquecidos, portanto, exigirá um posicionamento há muito negligenciado desde a formação em Psicologia, e isto também precisa ser levado em consideração no trabalho clínico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não fazer nada, não significa ser neutro.

Significa ser conivente.

Clélia Prestes

A baixa quantidade de discussões e produções científicas da Gestalt-terapia sobre relações raciais está diretamente relacionada com as formas como a sociedade brasileira se estrutura racialmente. Há, na literatura mais ampla de autoria negra e indígena, discussões importantes e bem fundamentadas sobre como as desigualdades raciais se estabelecem, mantêm e se reinventam com o passar do tempo. O que precisa ser colocado como figura são os silenciamentos das lutas de resistências travadas desde o tempo colonial contra estas formas de violências. As responsabilidades, mais do que culpabilizações, é que precisam tomar a frente nas formas atuais de re-organizar o nosso fazer profissional. Este tipo de atitude se propõe como uma forma de trazer à tona a convivência da Psicologia e da Gestalt-terapia, de modo particular, com a violência do racismo. Assim, impedimos que esta prática caia no esquecimento e se repita ou se fortaleça.

A construção histórica do Brasil, como nação, é fortemente baseada em uma estrutura racista, que impõe um *modus operandi* branco europeu e norte americano de institucionalização de todos os aspectos da vida. Desta maneira, silencia-se ou mesmo nega-se qualquer possibilidade de existência fora de uma lógica brancocêntrica. Negritude e indigenidade passam a ser formas de vida onde não há reconhecimento ou possibilidade de humanidade para negres e indígenas escravizados oficialmente até 1888 e mantidas em condições precárias e desiguais de vida após esse fato histórico e até os dias atuais, reinventadas. Todas as situações de violências às suas condições de vida são concretizadas

em uma estrutura de campo vivencial considerada incivilizada, e cujas possibilidades de ser em um mundo pautado por aspectos civilizatórios europeus são a única condição possível de existência enquanto ser humano.

Assim como não há escrita neutra, a escuta e a leitura também compõem a partir de experiências pessoais muito particulares. As construções perceptivas que abraçamos possuem relação intensa com as formas aprendidas e tornadas habituais pelo nosso percurso histórico-social, tanto individual quanto coletivo. Assim, o que ouvimos e *como* ouvimos está intrinsecamente ligado às nossas concepções ideológicas a respeito do mundo. Nossa escuta e a compreensão dela passam pelo crivo das informações teórico-estéticas a que temos acesso. Pessoas negras e indígenas tem conhecimento disto a partir da falta de suas experiências de vida na construção do conhecimento dito oficial. Daí a importância da resignificação da compreensão da realidade contemporânea a partir destes corpos subalternos, resistentes, que se constroem em afroscitados e cosmoescitados suleadores, até para que possamos nos tornar mais propositivos e menos exclusivamente denunciadores, apesar da necessidade e importância deste tipo de atitude. Mas, permanecer apenas na resistência e na denúncia não nos permite avançar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

ALVIM, M. B. Corpo, corporeidade. *In*: D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. **Dicionário de Gestalt-terapia**: "Gestaltês". 2. ed. São Paulo: Summus, 2012. p. 60-63.

ALVIM, M. B. A Gestalt-Terapia na fronteira: reconhecimento como cuidado. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 880-895, 2019.

ARRELIAS, L. Reflexões gestálticas sobre autorreconhecimento como mulher negra na Amazônia. **IGT na Rede**, v. 16, n. 31, p. 192-225, 2019. Disponível em <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=33>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BELMINO, M. (org.). **Gestalt-terapia e atenção psicossocial**. v. 1. Fortaleza: Premium, 2015.

BELMINO, M. **Fritz Perls e Paul Goodman**: duas faces da Gestalt-terapia. Fortaleza: Premium, 2014.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

CAMPOS, R. H. F. (org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

- FRAZÃO, L. M. Ser ou não ser na contemporaneidade: eis a questão. In: FRAZÃO, L. M. (org.). **Questões do humano na contemporaneidade**: olhares gestálticos. São Paulo: Summus, 2017. p. 17-28.
- HYCNER, R. **De pessoa a pessoa**: psicoterapia dialógica. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LEWIN, K. **Teoria de campo em ciência social**. São Paulo: Pioneira, 1965.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MERLAEU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Trad.: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MENEZES, S. M. M. O fazer clínico como um paradoxo: reflexões gestálticas. In: BRANDÃO, C. L. (org.). **Semeando a Gestalt-terapia**: experiências clínicas no contexto amazônico. v. 1. Belém, PA: Paka-Tatu, 2017. p. 143-166.
- MOORE, C. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Nadyala, 2012.
- MOREIRA, J. O.; ROMAGNOLI, R. C.; NEVES, E. O. O surgimento da clínica psicológica: da prática curativa aos dispositivos de promoção da saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 608-621, 2007.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- PEREIRA, J. P. A Igreja e a escravatura em Cabo Verde (séculos XVI-XVII). **Africana Studia**, n. 26, 2016.
- PERLS, F. S.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-terapia**. Trad.: Fernando Rosa Ribeiro. São Paulo: Summus, 1997.
- REIS, V. M. S. **Atucaiados pelo Estado**: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001. 2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- SANTOS, A. O. S.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. esp., p. 166-175, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v32nspe/v32speca12.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- SANTOS, P. F. F. A.; LIMA, S. B. L. A família negra e o desenvolvimento afetivo saudável. **IGT na Rede**, v. 6, n. 10, p. 18, 2009. Disponível em: <http://www.igt.psc.br/ojs/viewissue.php?id=10>. Acesso em: 12 abr. 2020.

SILVA, T. F. **Configurações subjetivas de práticas policiais e estratégias de sobrevivência de jovens negros em uma cidade da Bahia**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, T. C. D.; BAPTISTA, C. S.; ALVIM, M. B. O contato na situação contemporânea: um olhar da clínica da Gestalt-terapia. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**, v. 21, n. 2, p. 193-201, jul./dez. 2015.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

